Ata do Conselho Consultivo do Revis Banhado do Maçarico

A reunião foi iniciada as 8:30hs do dia 04 de novembro de 2020 pelo senhor Luciano Soares, em sua fala inicial fez uma conferência do quórum da reunião, estando presentes Nema, Agapan, Esec Taim, Federarroz, Associação Proprietários e Moradores do Banhado do Maçarico, Sindicato Rural de Rio Grande, Sindenergia, UFPEL, Prefeitura de Rio Grande e Furg, além de convidados que assistiram a reunião. Confirmação da ausência do Comitê de Bacia Mirim-São Gonçalo por problemas técnicos. A reunião foi iniciada com o senhor Luciano explicando a questão do DPP e presença do Diretor do DBio na reunião que acabou sendo cancelada. O senhor Kleber coloca que em seu entendimento o conselho quer acompanhar e participar ativamente de todo o processo do plano de manejo, e que essa seria a resposta ao DPP e a Unidade de Conservação. Paola coloca que o plano de manejo, segundo o posicionamento dos técnicos é que o plano de manejo não começa sem minimamente o conselho estar informado, e que a direção do DBio esta informada disso. A questão é que existe um acordo judicial em que diz que a Sema tem que fornecer um TR para o plano de manejo, e não sabemos qual a decisão que o Juiz irá tomar. Alini coloca que para ela estaria muito claro no conselho que o DPP só seria tratado após vencida a pauta do Estatuto, inclusive propõe uma reunião de forma presencial para tratar do assunto. Luciano coloca que esta claro para o conselho, porém a Sema responde a um acordo judicial que tem suas imposições, porém quer dar uma resposta com uma que seja de acordo com os anseios do conselho. Eduardo cita a forma como a Unidade foi criada e condena qualquer tipo de atropelo nos processo de implantação que venham ocorrer. Thiago aponta a ampliação do parque eólico do Senandes e que é necessário uma manifestação do conselho no processo de licenciamento. Segundo Kleber a demanda foi da Sema, e para ele o conselho deve se manifestar através de um ofício sobre a posição do conselho. Eduardo pede para acrescentar no ofício uma posição frente a ampliação do parque eólico do Senandes. Kleber fala que sobre esse ponto não há consenso, que precisa ser discutido mais profundamente. O senhor Anderson propõe uma reunião com MP e Judiciário com alguns representantes do conselho. Luciano coloca que há um consenso de o conselho que participar do plano de manejo, e de que é necessário uma conversa do conselho com MP e Judiciário e que nos dias 19 e 20 o diretor do DBio estará na região e se propõe a ouvir parte dos conselheiros. A senhor Daniela coloca que o sindenergia tem interesse nessa construção, embora a ADS não esteja no sindicato, e se propõe a participar. Thiago coloca que processualmente os prazos estão suspensos. Kleber sugere que o conselho deve eleger alguns representantes em um número pequeno. Ficou acordado que os representantes seriam Alini (APMBM), Daniela (Sindienergia), Anderson (Federarroz) e Eduardo (AGAPAN). A seguir foi aprovada a Ata da reunião passada com a alteração sugerida. O próximo passo foi a retomada da minuta do regimento, que havia parado no art. 7, seguindo a leitura e a concordância até o artigo 12, quando Luiz Renato questiona o ponto da destituição do mandato. Propõe o estabelecimento de um prazo de exclusão. Ronaldo cita a necessidade de novo edital no caso de vacância. Entra a discussão que o mandato de 2 anos é do conselheiro e não da Instituição. Renato reforça a necessidade colocar regras de exclusão para instituições que não estão ativas no conselho. Kleber coloca que o regimento tem que prever a renovação e representação das cadeiras do conselho, e que a cada 2 anos deve haver um edital para oferta de novas vagas. Luciano coloca que novas instituições podem se manifestar em qualquer período a intenção de participar do conselho. Entra em discussão se a vaga é da instituição ou do conselheiro no caso de exclusão. Houve uma votação na plenária quanto às duas propostas, sendo aprovada a proposta que a Instituição irá perder o mandato. Mesmo com a votação, a definição quanto a esse artigo seguiu em discussão, pois não foi unânime a decisão e causou um desconforto geral pela plenária. Após uma nova rodada de discussão e opiniões ficou acertado que a Instituição será notificada e poderá indicar um novo representante. Renato coloca a necessidade de as entidades proponentes devem ter uma relação com a região e com a Unidade. Luciano coloca que essa relação cabe a plenária fazer esse filtro e aceitar ou não a entidade proponente. Thiago coloca em pauta a possibilidade de reuniões mistas (presencial e virtual) para facilitar a presença de todos. Porém não houve avanço no assunto. Renato coloca em discussão o pedido de reunião extraordinária por parte de uma instituição do conselho. A reunião foi encerrada no capítulo art. 17, ficando uma nova reunião marcada para o dia 09 de dezembro do corrente.